

Economia em retração reclama decisões urgentes

Após um breve interregno, produzido pelo Plano Bresser no segundo semestre do ano passado, voltam com força os sinais de retração na economia. Todos os indicadores de desempenho da indústria, elaborados por entidades públicas ou privadas, mostram que a produção e as vendas caíram e que o nível de ociosidade aumentou, na comparação de janeiro deste ano com o mesmo mês de 1987. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial diminuiu 8,59%, sendo 9,03% apenas na indústria de transformação. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou em sua sondagem trimestral que a indústria de transformação reduziu o índice de ocupação da capacidade instalada de 84 para 79%. E a Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de confirmar essa tendência à maior ociosidade em levantamentos feitos no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais e no Espírito Santo, verificou ter havido uma queda nos salários reais em sete dos oito estados pesquisados e uma diminuição real

de vendas da indústria em todos os oito: Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esses dados dão razão às vozes que se levantam no meio empresarial em favor de uma imediata definição de um programa econômico pelo governo, uma vez que o impedimento político antes alegado deixou de existir com a consagração do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes na Assembléia Nacional Constituinte. Ainda que a duração do mandato do atual presidente não tenha sido definida — embora a discriminação seja moralmente indefensável e se dê como certo que a tese dos cinco anos acabará prevalecendo também nesse caso —, isso passou a ser uma desculpa medíocre demais para o retardamento de decisões, dada a gravidade da situação econômica atual.

Com a queda do nível de atividades econômicas e a aceleração inflacionária, nada é mais pernicioso do que a indecisão das auto-

ridades governamentais. Ainda agora, não só o segmento empresarial mas também toda a Nação está em suspenso, à espera das definições sobre a contenção do déficit público — uma providência, a nosso ver, essencial para qualquer programa econômico de estabilização —, em meio a boatos de toda espécie. O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, bem que tentou diminuir o grau de dependência da economia às decisões de governo ao anunciar, quando assumiu o cargo, que não recorreria a medidas heróicas e sim a uma política do tipo feijão com arroz. Entretanto, dado o poder de intervenção do Estado, o setor privado não se contenta com palavras tranqüilizadoras, esperando por ações concretas no sentido da desregulamentação. Faltando essas ações, é inevitável que continuem a administrar seus negócios com pelo menos um olho em Brasília, como faz agora.

Em dez anos, o nível de investimentos na economia decaiu cerca de 8 pontos percentuais, na relação com o Produto Interno Bruto. Trata-se, sem dúvida, de uma

situação preocupante, que urge reverter com uma política econômica firme, capaz de estimular os investimentos privados, se não se quiser perpetuar o atraso tecnológico e alimentar as tensões sociais no País. E para começar a mudar o quadro, nada melhor do que o governo arrumar a própria casa, se necessário tomado medidas ditas impopulares mas que, na verdade, são combatidas apenas por aqueles que advogam em causa própria.

Não é preciso ir muito longe para se encontrarem exemplos de governos cuja popularidade cresceu justamente por terem tido a coragem de praticar a austeridade, adequando o aparelho estatal à arrecadação de taxas e tributos. Temos esses exemplos agora mesmo, no Brasil, entre governadores e prefeitos. Por isso, a nosso ver, quanto mais perdurarem as indefinições no governo central mais se poderá transmitir à população a idéia — esperamos que falsa — de que os afazeres atuais em Brasília pouco ou nada têm a ver com os interesses do restante da Nação.